



Regras para o comércio on-line passam em 1ª votação no Plenário



Jefferson Rudy/Agência Senado

Entre as novas garantias para o consumidor, estão o prazo de sete dias para devolver o produto e a obrigação de a loja virtual manter um serviço de atendimento ao cliente

A regulamentação do comércio on-line, com a inclusão de dispositivos no Código de Defesa do Consumidor (CDC), foi aprovada ontem em primeira votação no Plenário do Senado. O texto terá de passar pela segunda votação antes de ir para a Câmara. A mudança no CDC é necessária porque, quando a lei foi criada, em 1990, o comércio eletrônico ainda não existia. A proposta também prevê punição para a empresa que compartilhar dados pessoais dos clientes e para a que enviar spam aos consumidores. **3**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz sessão em que Plenário aprovou regulamentação do comércio on-line

Proposta eleva arrecadação estadual de ICMS **3**

Gilmar Mendes pede diálogo sobre doações eleitorais **2**

Senadores aprovam novas normas para evitar incêndios **3**

Entidade médica denuncia crise na hemodiálise **9**

Profissão de designer deverá ser regulamentada **7**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pelo texto, fornecedor deverá advertir comprador sobre modalidades de crédito

Prevenção a superendividamento tem primeira vitória no Senado

Projeto que estabelece normas para concessão de crédito e prevenção ao endividamento foi aprovado ontem em primeiro turno

de votação. Texto também traz novidades sobre publicidade infantil e busca fortalecer o sistema de defesa ao consumidor. **5**

Votação de vetos presidenciais fica para terça-feira

O Congresso não pôde votar ontem os vetos presidenciais que estão pendentes de análise, como o que prevê reajuste salarial para os servidores do Judiciário. O adiamento, para a terça ocorreu porque o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, determinou a realização de sessões sucessivas dos deputados e impediu a sessão do Congresso. Ele queria que fosse incluído na pauta o veto a doações empresariais às campanhas políticas. **12**

Projeto institui dia nacional contra preconceito a nanismo

Após audiência pública na Comissão de Educação, o presidente do colegiado, senador Romário, anunciou projeto de lei

que torna o dia 25 de outubro a data de combate ao preconceito contra a deficiência, como já acontece em 29 países. **8**



Senador Romário comemora anúncio com participantes da audiência

Genaldo Magela/Agência Senado

Segurança: texto facilita repasse de recursos federais

Sem necessidade de convênios, estados e municípios deverão receber 60% do orçamento anual do Fundo Nacional de Segurança Pública, segundo projeto que segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos. **6**



Andrie Borges/Agência Brasília

Lançamento da campanha contou com a presença de senadoras e deputadas

Congresso veste rosa contra câncer de mama

Durante todo o mês o prédio do Congresso receberá iluminação na cor da campanha de prevenção ao câncer de mama. O **Jornal do Senado** passa a usar no alto da primeira página o laço do Outubro Rosa. **9**

Avança criação de benefício para microempresa

A Comissão da Agenda Brasil aprovou ontem um projeto que institui o Fundo de Financiamento para Micros, Pequenas e Médias Empresas. Com a proposta, os senadores esperam ajudar na retomada do crescimento do país. **3**

Ministro do STF Gilmar Mendes defende diálogo entre os Poderes para resolver as visões conflitantes sobre o assunto. Tema voltou a mobilizar os senadores em Plenário

Financiamento de campanhas ainda em aberto

A QUESTÃO DO financiamento das campanhas eleitorais deverá ser definida por meio de um diálogo institucional. A avaliação é de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para debater o novo Código de Processo Civil.

Na saída do encontro, Mendes foi questionado sobre o veto da presidente da República, Dilma Rousseff, ao projeto que autorizava o financiamento de empresas privadas às campanhas. Ele considerou normal que existam visões conflitantes entre o Supremo e o Congresso quando o tribunal decide sobre questões eleitorais. Lembrou que isso ocorreu na verticalização das coligações e na diminuição do número de vereadores.

— Não é inusitado que isso ocorra. Nós temos instituições sólidas e vai se encontrar um



Mendes defende as doações de empresas, mas foi voto vencido no Supremo

encaminhamento para esse tema — disse.

Mendes qualifica a questão como muito sensível e entende que um dos pontos ainda em aberto é se a norma valerá para as eleições de outubro de 2016 ou não. Especialmente se o veto for avaliado faltando menos de um ano para o pleito.

— No caso da emenda da verticalização, que foi aprovada faltando menos de um ano, o Supremo entendeu que afetava a

cláusula pétrea. Esse é o referencial mais atual, não valeu para as eleições imediatas.

Em julgamento há duas semanas, o STF decidiu, por 8 votos a 3, pela inconstitucionalidade das doações de empresas a partidos e candidatos. Mendes foi voto vencido. Em paralelo, o Congresso também se pronunciou. O Senado decidiu pelo fim do financiamento privado. A Câmara restabeleceu a permissão, mas a presidente vetou o projeto.

PEC tenta retomar doações de empresas para partidos

Uma nova proposta de emenda à Constituição (PEC) já aprovada pelos deputados e que aguarda votação no Senado tenta retomar a possibilidade de doações de empresas a campanhas.

A PEC 113/2015 autoriza os partidos políticos a receberem doações em dinheiro ou em bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas. Os candidatos, por sua vez, poderiam receber contribuições apenas de pessoas físicas.

Os limites das doações, de acordo com a emenda cons-

titucional, seriam definidos por lei.

Os líderes partidários decidiram ontem que a proposta será analisada dentro dos prazos normais, sem qualquer aceleração.

O presidente da Comissão da Reforma Política, senador Jorge Viana (PT-AC), disse que a mudança constitucional vai ser relatada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) no colegiado e pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 20h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Álcool e biocombustíveis

8h A Comissão de Reforma Agrária tem reunião deliberativa com 12 itens. Entre eles, o PLS 252/2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis.

CPI DO CARE Depoimentos

9h A CPI ouve Meigan Sack Rodrigues e Alexandre Paes dos Santos.

MP 687/2015 Reajuste de taxas

9h Audiência pública interativa para debater a MP 687/2015, que autoriza o reajuste de três taxas cobradas por órgãos públicos federais e possibilita que elas sejam atualizadas futuramente por ato do Poder Executivo, sem necessidade de aprovação pela Câmara e pelo Senado.

CPI DO HSBC Reunião de trabalho

10h Reunião de trabalho da CPI.

CRE Filipinas e Uruguai

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza a sabbatina de Rodrigo do Amaral Souza, indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República das Filipinas, e de Hadil Fontes da Rocha Vianna, para o cargo de embaixador no Uruguai. Em seguida, os senadores apreciam, entre outros itens, o PDR 215/2015, que cria o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul.

MP 680/2015 Proteção ao emprego

10h A comissão da MP 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego, aprecia relatório.

MP 678/2015 Contratações públicas

10h Comissão da MP 678/2015, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, analisa relatório.

CMCC Izabella Teixeira

10h30 A comissão realiza audiência pública com a ministra do Meio Ambiente para debater a proposta a ser apresentada na COP-21, em Paris.

PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária

11h30 Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária.

PLENÁRIO Sessões deliberativas

11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão ordinária.

CAE Isenção de IPI para trailers

14h30 A comissão promove audiência pública interativa para instruir o PLS 85/2014, que isenta do IPI a compra de automóveis para instalação de quiosques e trailers.

LANCAMENTO Segurança jurídica

14h30 Lançamento do livro *Segurança Jurídica e Qualidade das Decisões Públicas — desafios de uma sociedade democrática*, que tem apresentação do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Jorge Viana critica jornal por acusações contra Lula

Jorge Viana (PT-AC) expressou indignação com o que classificou como tentativa de veículos de comunicação, em especial do jornal *O Globo*, de atribuir práticas ilegais ao ex-presidente Lula por defender a presença de empresas brasileiras no exterior.

O senador afirmou que ilegítimo seria se Lula não defendesse as empresas brasileiras.

— Ele deveria ser chamado de criminoso se não tivesse feito isso. Como um presidente vai à China e leva 40 empresários e não vai defender os interesses das empresas brasileiras, os empregos, o desenvolvimento do país? Foi isso que o presidente Lula tão somente fez.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares condena atitudes de Eduardo Cunha na Câmara

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, tenha inviabilizado a sessão do Congresso que ocorreria ontem para apreciação de vetos presidenciais.

Na opinião do senador, se os parlamentares brasileiros tivessem mais unidade, parte das atuais crises econômica e política não estaria acontecendo.

— Claro que o financiamento privado, nos termos em que existia no Brasil, e que agora o Supremo barrou, era um convite à fraude, à corrupção, à desigualdade na disputa eleitoral — afirmou Valadares.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela: doação de empresários fere a Constituição

Ângela Portela (PT-RR) afirmou que o veto da presidente Dilma Rousseff, às doações de empresas para campanhas é uma vitória da democracia e uma dura derrota dos que usam o poder econômico para se manter no poder.

Ela lembrou que, segundo o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, a decisão da

Corte se baseia em cláusulas pétreas, que só podem ser mudadas por nova Constituição.

— Em grande parte das situações, as empresas doam milhões às campanhas na expectativa de obter algum benefício depois da eleição. Isso precisa e vai acabar. É preciso eliminar do sistema eleitoral a influência nociva do dinheiro.

Poder econômico interfere na democracia, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que parlamentares inconformados com o fim das doações de empresas para campanhas eleitorais querem promover um golpe contra o Regimento Único do Congresso e o Regimento Interno do Senado para tentar ressuscitar esse tipo de financiamento.

Ela afirmou que o grupo quer apressar a votação do veto às doações empresariais e da PEC que inclui o financiamento empresarial de campanhas na Carta Magna.

— Quando o poder econômico entra nas eleições, ficam comprometidas a legitimidade e a normalidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Não podemos ficar reféns de lobbies, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu o fim do financiamento empresarial a partidos e protestou contra a “chantagem” do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em torno do tema.

Ao sublinhar que os interesses nacionais devem estar acima de tudo, Lindbergh declarou que a proibição do financiamento empresarial fará eleições mais justas e alterará o funcionamento do Parlamento.

— A gente sempre pensava de início na campanha eleitoral, mas não, o fim do financiamento empresarial pode modificar a forma de funcionamento deste Parlamento, para não ficarmos reféns dos lobbies empresariais.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Cliente compra pelo computador: quando Código de Defesa do Consumidor foi criado, em 1990, comércio on-line não existia

Avança criação de regras para comércio via internet

Plenário fez ontem 1ª votação do projeto que inclui as compras a distância no Código de Defesa do Consumidor. Loja virtual ficará obrigada, por exemplo, a oferecer atendimento telefônico ao cliente

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem uma atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) para o comércio eletrônico. O PLS 281/2012, aprovado na forma de substitutivo, aguarda a votação em turno suplementar para ser encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Entre as novidades implementadas, estão a ampliação dos direitos de devolução de produtos e a restrição de propagandas invasivas conhecidas como *spams*.

Apresentado pelo ex-senador José Sarney, o projeto fazia parte de um lote de 27 proposições que tramitavam em conjunto e passou pela análise da comissão de juristas criada no Senado para modernizar o CDC.

O relator da proposta, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), explicou que, quando o CDC foi promulgado, há 25 anos, o comércio eletrônico não existia. Hoje é usado por 60 milhões de consumidores no país e movimentou R\$ 36 bilhões no ano passado.

— Já passou da hora de garantirmos valores e princípios no comércio eletrônico, que é hoje uma ferramenta que faz

parte da rotina das pessoas, uma ferramenta que pode estar vinculada à transparência e à segurança jurídica — disse.

Desistências

A proposta estabelece que o consumidor pode desistir da contratação a distância no prazo de sete dias, a contar da aceitação da oferta, do recebimento ou da disponibilidade do produto ou serviço — o que ocorrer por último. O cliente pode, porém, ter de arcar com o pagamento de tarifas por desistência do negócio, caso estejam previstas no contrato.

Em outro ponto, o projeto obriga o fornecedor a manter o serviço de atendimento ao consumidor (SAC) e a informar no site características como o preço final do produto ou serviço, incluindo taxas, tributos e frete.

Quem compartilhar dados e informações pessoais sem a expressa autorização do titular estará sujeito a uma pena que varia de três meses a um ano de detenção e ao pagamento de uma multa. Não constituirá crime se as informações forem trocadas entre fornecedores que integrem um mesmo conglomerado econômico.

Sobre contratos internacionais de consumo, o texto prevê que valerão as leis do lugar de celebração do contrato. Ou, se executados no Brasil, valerá a lei brasileira, desde que seja mais favorável ao consumidor.

Os sites ou demais meios eletrônicos utilizados para ofertas de compras coletivas deverão informar a quantidade mínima de consumidores para cumprimento do contrato, o prazo para utilização da oferta pelo consumidor e a identificação do responsável pelo site e do fornecedor do produto ou serviço ofertado. A não realização desses procedimentos poderá acarretar punições.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto aprovado ontem é resultado de “um grande trabalho do Senado”, com ganhos inequívocos para o consumidor brasileiro.

— Com esse novo marco legal, o Brasil se insere de forma positiva e de dimensão internacional no mercado de consumo e dá maiores garantias aos consumidores que já realizam suas compras por meio virtuais — afirmou Renan.

Aprovada cobrança de ICMS em leasing de bem importado

Foi aprovada ontem no Plenário do Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 107/2015, que estabelece que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) poderá ser cobrado sobre operações de leasing de bens importados com ou sem possibilidade de transferência de propriedade.

A medida, que favorece a arrecadação dos estados, foi aprovada também ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um acordo de lideranças permitiu o calendário especial de tramitação da PEC. Em primeiro turno, foram 61 votos favoráveis e nenhum contrário. Já em segundo turno, a proposta conquistou um voto a mais.

A PEC, de Lúcia Vânia (PSB-GO), agora vai para a Câmara dos Deputados.

— Acredito que todos os estados serão recompensados por esse esforço do Congresso — disse a senadora.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que a PEC alcançou “grande convergência” no Senado. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a alteração favorece o equilíbrio financeiro dos estados. O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), agradeceu o apoio dos colegas que viabilizaram a tramitação da proposta de forma mais ágil. Para o relator, trata-se de uma PEC de extrema importância, principalmente em um momento de dificuldade financeira dos estados.

Vão à Câmara normas mais duras para evitar tragédias

O Senado aprovou ontem projeto que busca prevenir acidentes como o da boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), que matou 242 pessoas em 2013. A proposta unifica as normas de segurança no país e cria regras de funcionamento para estabelecimentos como boates, casas noturnas, bares, cinemas, teatros, prédios públicos, restaurantes, hotéis, hospitais, escolas e circos. Como houve mudanças no texto, o PLC 33/2014 voltou para novo exame na Câmara.

O projeto visa integrar ações de prefeituras e de corpos de bombeiros na prevenção e no combate a incêndios e a outros desastres. O prefeito, o oficial do corpo de bombeiros e outros agentes públicos poderão ser processados por improbidade administrativa se não obedecerem à legislação. O texto também torna crime, com penas de detenção de seis meses a dois anos, a superlotação dos espaços. Também pune quem descumprir determinações do corpo de bombeiros ou do poder

público municipal.

Pelo texto, o processo de aprovação de uma construção, instalação ou reforma deverá observar ainda a legislação estadual, as condições de acesso exigidas para operações de socorro e retirada de vítimas e a prioridade para uso de sistemas preventivos automáticos de combate a incêndio.

Todas as normas especiais a serem editadas pelos municípios sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres devem ser seguidas pelos estabelecimentos com ocupação simultânea de 100 pessoas ou mais, inclusive reuniões a céu aberto, como shows e outros eventos culturais.

Para Paulo Paim (PT-RS), a matéria faz justiça às vítimas de Santa Maria. A expectativa de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) é de que muitas vidas poderão ser poupadas. Ana Amélia (PP-RS) lembrou que o projeto incorporou o trabalho das comissões externas da Câmara e do Senado que acompanharam a investigação do incêndio na boate Kiss.

Comissão aceita instituição de conselho e apoio a microempresa

AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem dois projetos da Agenda Brasil — conjunto de propostas organizado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

A primeira proposta aprovada foi o PLS 376/2008, de Paulo Paim (PT-RS), que institui o Fundo de Financiamento para

Micros, Pequenas e Médias Empresas, que estimula os pequenos empreendimentos com financiamentos especiais. O projeto prevê a unificação dos futuros recursos orçamentários federais destinados aos segmentos produtivos de pequeno porte, em rubrica específica.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), destacou que mais de 99% dos novos empreendimentos formais criados no país são micros e pequenas empresas e empreendedores individuais. Para o relator, especialmente



O presidente da comissão, Otto, e o relator, Blairo: dois projetos aprovados

em um momento de crise fiscal, em que os investimentos e o crédito estão em baixa e há contração do mercado de trabalho, o poder público precisa atuar para diminuir as dificuldades

das pequenas empresas.

O outro projeto aprovado foi o PLS 141/2014, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que amplia as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabiliza a

instalação e o funcionamento desse conselho — previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porém nunca criado. O conselho seria responsável por se posicionar a respeito dos incentivos fiscais de curto prazo dos governos estaduais.

— Precisamos de um órgão técnico e administrativo que faça recomendações sobre as questões fiscais do país — disse Bauer.

Simone Tebet (PMDB-MS), relatora, elogiou o projeto, que será analisado pelo Plenário.

Senado aceita indicado para Conselho da Anatel

Otávio Luiz Rodrigues Junior recebeu 56 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção no Plenário. Antes, foi aprovado por unanimidade em sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, com 56 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, a indicação de Otávio Luiz Rodrigues Junior para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Anteriormente, Rodrigues Junior havia sido sabatinado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde foi aprovado por unanimidade. O indicado ouviu várias reclamações de senadores sobre a qualidade dos serviços de telecomunicações. Eles cobraram maior interação da agência com os Procons, para ampliar a capacidade de perceber e tratar as demandas dos consumidores, e lembraram que as empresas de telefonia móvel são as campeãs de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor.

Rodrigues Junior reconheceu dificuldades na fiscalização de um setor que apresentou grande crescimento dos últimos anos. Como informou, o país tem hoje 279 milhões de linhas de celular ativas e 150 milhões de contratos de banda larga móvel, além de 23,8 milhões de banda larga fixa, 45 milhões de telefones fixos e 19 milhões de contratos de TV por assinatura.

Conforme o indicado, a Anatel tem buscado aperfeiçoar normas para melhorar a relação entre esses milhões de consumidores e as prestadoras de serviços de telecomunicações, mas o cumprimento das normas está aquém do esperado.

— A Anatel é a primeira agência brasileira em aplicação de multas aos agentes regulados. De 2008 a 2011, foram aplicadas 22,6 mil multas, correspondentes a um total de R\$ 6,6 bilhões. Infelizmente, 95% do total de sanções é objeto de posterior contestação, o que tem levado ao Poder Judiciário mais um foco de intensa judicialização de atos administrativos — relatou.

A pouca efetividade da aplicação de sanções pela Anatel também foi apontada pelos senadores.

Streaming

O indicado informou aos parlamentares, respondendo a questionamento sobre os serviços de *streaming* de vídeo, como o Netflix, ou aplicativos que permitem serviços de voz, como o WhatsApp, que considera não haver ilegalidade nesses serviços:

— Se houvesse alguma ilegalidade, isso já teria sido alvo de algum tipo de controle.

A grande decisão que a Anatel vai tomar é se regula ou não.

Rodrigues Junior nasceu no Crato (CE) e é formado em direito, com mestrado, doutorado e pós-doutorado na área. Atuou na Advocacia-Geral da União, onde ingressou por concurso público em 2001, no Ministério da Justiça, no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal e no Ministério das Comunicações, onde, como consultor jurídico, participou do processo de criação da agência reguladora para as áreas de cinema e audiovisual. Trabalhou também em defesa do programa de inclusão digital do governo federal.

Em sua apresentação, destacou a contribuição para a reestruturação do Ministério das Comunicações e a atuação como conselheiro fiscal da Telebras. Ele também fez carreira como docente do ensino superior, sendo professor, entre outras instituições, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).



Otávio Rodrigues responde a questionamentos de senadores durante sabatina

Teles poderão ter acordo para se livrar de multas

Prestadoras de serviço de telecomunicações poderão firmar termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na tentativa de se livrar de multa para reparação de atuação considerada irregular. Para ter acesso ao benefício, precisam cumprir exigências estabelecidas em projeto de lei do Senado (PLS 141/2013) aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O recurso ao TAC não será possível se as empresas tiverem agido de má-fé ou forem reincidentes no descumprimento desse tipo de acordo. Nesse caso, o PLS 141/2013 estabelece que a proibição deverá valer por cinco anos, contados da data em que a prestadora for declarada rein-

cidente no descumprimento do termo firmado.

As hipóteses de restrição ao uso do TAC foram alvo de mudanças significativas no substitutivo do relator, José Maranhão (PMDB-PB). Ele excluiu do texto a impossibilidade do TAC quando a empresa contestar decisão de primeira instância no curso de processo administrativo.

O senador eliminou a restrição ao recurso quando a empresa tentar firmar um novo TAC, no prazo de três anos, para um mesmo tipo de infração. Ao mesmo tempo em que derrubou esse impedimento, o substitutivo estabeleceu que o compromisso de ajuste de conduta irregular poderá ser proposto, a qualquer tempo, pela prestadora do serviço de telecomunicações.

Outra medida é a redução de 20% para 10% da multa, já estabelecida em primeira instância de julgamento, exigida da empresa como pré-requisito para celebração de um TAC. O relator encurtou de 5 para 4 anos o prazo de proibição para adesão a um novo TAC quando a empresa reincidir no descumprimento do acordo.

“A instituição do TAC constitui um forte incentivo para que as prestadoras de serviços busquem uma solução conciliatória, anteriormente à decisão de primeira instância. Nesse caso, as empresas se sujeitarão apenas aos encargos previstos no próprio compromisso de ajustamento de conduta, livrando-se do pagamento de multas”, diz Maranhão no substitutivo.



Carla Pupin abordou os problemas da falta de regularização fundiária

Debate questiona MP que facilita venda de terrenos de marinha

A previsão contida na Medida Provisória (MP) 691/2015, de que os municípios ficariam com a renda dos terrenos de marinha a serem vendidos pela União, pode não ser vantajosa, visto que o proveito econômico será pequeno diante do aumento das responsabilidades das administrações locais.

A opinião é do subprocurador administrativo de Florianópolis, Elton Martinovsky, que participou ontem de audiência pública na comissão mista que analisa a MP.

O prefeito de Vitória, Luciano Rezende, lembrou que a cidade tem 70% de seu território em terrenos

de marinha e reconheceu que a MP contém avanços, mas observou que há uma “chicana jurídica sem fim em todo conflito com terrenos de marinha”.

— Temos legislação de terrenos de marinha não cumprida no país, como é o caso de Vitória. Uma casa em uma rua é terreno de marinha, uma outra casa já não é terreno de marinha.

Carla Pupin, da Prefeitura de Santos (SP) manifestou preocupação com loteamentos que dispensavam regularização fundiária e cujos ocupantes poderão ter que pagar duas vezes pelos terrenos, sem o desconto de 25% previsto na MP.

Abertura da Paraolimpíada 2016 deve antecipar horário eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em decisão final, ontem, projeto de lei (PLS 170/2015) de Romário (PSB-RJ) que trata da antecipação do horário eleitoral gratuito na noite do dia 7 de setembro de 2016, em razão da Cerimônia de Abertura dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016.

A abertura dos Jogos Paraolímpicos está prevista para as 20h16 do dia 7 de setembro de 2016. Já a transmissão da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV deverá acontecer das 20h30 às 21h. O PLS 170/2015 propõe que a propaganda eleitoral, nesse dia, seja realizada entre as 19h e as 19h30 para que os horários não coincidam.

Conforme argumentou Romário, a fixação legal do horário de transmissão da propaganda eleitoral no rádio e na TV acabaria impedindo os brasileiros de assistir, ao vivo, à cerimônia de abertura das Paraolimpíadas.

Sensível a essa consideração, o relator, José Maranhão (PMDB-PB), recomendou a aprovação. O senador chamou a atenção para o interesse em torno dos Jogos Paraolímpicos, tendo em vista ser essa a primeira vez que o país os sedia.

“A cerimônia se mostra como uma bela oportunidade de promover a pessoa com deficiência em horário nobre na TV aberta”, ressalta Maranhão, no parecer.

Legalização de jogos de azar será tema de audiência em comissão

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai promover uma audiência sobre a legalização dos jogos de azar, prevista no Projeto de Lei do Senado 186/2014. A proposta libera o jogo do bicho, cassinos, bingos e apostas on-line.

Ciro Nogueira (PP-PI), autor do projeto, argumenta que a liberação dos jogos de azar deve aumentar a

arrecadação de impostos, gerar empregos e promover a circulação de riquezas.

Wellington Fagundes (PR-MT), relator do projeto na CDR, foi quem sugeriu o debate. Serão convidados o empresário Ciro Batelli e representantes do Instituto Brasileiro Jogo Legal, do Ministério Público Federal e da Universidade Federal de São Paulo.

Aprovadas regras contra superendividamento

Projeto que visa fortalecer o sistema de defesa do consumidor define como superendividadas as pessoas com mais de 30% da renda líquida comprometida com débitos

O SENADO APROVOU ontem projeto que trata de normas sobre crédito ao consumidor e prevenção ao superendividamento. A proposta é proveniente das atividades da comissão de juristas que, depois de dois anos de trabalho, propôs sugestões para a atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em vigor desde 1990. O texto terá que ser votado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara.

O projeto (PLS 283/2012) institui uma série de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do endividamento excessivo e incentiva práticas de crédito responsável, de educação financeira e de repactuação das dívidas. O objetivo é introduzir a cultura da concessão responsável de crédito e aumentar a cultura do pagamento das dívidas.

Entre as medidas propostas, estão a proibição de publicidade com referência a expressões como “crédito gratuito”, “sem juros”, “sem acréscimo” e a criação da figura do “assédio de consumo”, quando há pressão para que o consumidor contrate o crédito.

O projeto define como superendividamento o “comprometimento de mais de 30% da renda líquida mensal do consumidor com o pagamento do conjunto das dívidas não profissionais, exigíveis e vincendas, excluído o financiamento para a aquisição de casa para a moradia, e desde que inexistentes bens livres e suficientes para liquidação do total do passivo”.

Vinte das 42 emendas apresentadas por senadores foram acatadas pelo relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).



Texto terá de passar por um segundo turno de votação em Plenário antes de ser enviado à Câmara

— Esse projeto vai na direção de demonstrar à população que precisa tomar cuidado com o endividamento.

O texto também cria a repactuação conciliatória de dívidas, para que o consumidor estabeleça com os credores um plano de pagamento. Ficam excluídas, porém, as dívidas alimentares, fiscais oriundas de contratos em que se comprovar que o consumidor tinha a intenção de não pagar.

A repactuação somente poderá ser repetida pelo consumidor depois de dois anos. O processo poderá ser judicial ou extrajudicial.

Publicidade infantil

O projeto prevê ainda que o consumidor deverá ser informado por “unidade de referência” na compra de determinados produtos. Se ele quer comprar um refrigerante, fica difícil atualmente saber qual embalagem (350 mililitros, 600 mililitros, 1 litro) apresenta o melhor custo/benefício.

Pela nova regra, os produtos deverão apresentar um preço por litro, ou por mililitro, facilitando a comparação pelo comprador.

Outra preocupação do projeto é regulamentar a publicidade dirigida ao público infantil. A proposta define como abusiva a publicidade dirigida à criança que, por exemplo, se aproveite da sua deficiência de julgamento e experiência, promova discriminação em relação a quem não seja consumidor do bem anunciado e empregue menor na condição de porta-voz de apelo ao consumo.

Caso vire lei, o texto deverá fortalecer o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Será ampliado o prazo de reclamação sobre vícios nos produtos e serviços. Passará de 90 para 180 dias no caso de produtos duráveis e de 30 para 60 no caso de não duráveis. A audiência de conciliação no Procon terá o mesmo valor de uma audiência de conciliação na Justiça.

As principais novidades

Desenvolvimento de ações de educação financeira do consumidor, inclusive com a sugestão de inserção do tema em currículos escolares

Instituição de mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento, incentivando práticas de crédito responsável, de educação financeira e de repactuação das dívidas

Informação ao consumidor nos contratos de crédito dos dados relevantes da contratação (taxa efetiva de juros, total de encargos, montante das prestações)

Proibição de veicular publicidade de crédito com os termos “sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, com “taxa zero” ou expressão de sentido ou entendimento semelhante

Dever do fornecedor de esclarecer, aconselhar e advertir adequadamente o consumidor sobre a natureza e a modalidade do crédito oferecido, assim como as consequências genéricas e específicas do inadimplemento

Dever do fornecedor de avaliar a condição do consumidor de pagar a dívida, inclusive verificando se o consumidor se encontra com restrição nos órgãos de proteção ao crédito

Limite de 30% da remuneração mensal líquida para o crédito consignado

Estabelecimento de uma garantia legal de dois anos nos produtos e serviços. Isso significa que os produtos e serviços têm que ser prestados ou fabricados para durar pelo menos dois anos sem vícios

Proibição ao fornecedor de assediar ou pressionar o consumidor, principalmente idosos, analfabetos, doentes ou em estado de vulnerabilidade agravada, para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito

Correlação do contrato de crédito utilizado para financiar a aquisição de um produto ou serviço com o contrato principal de compra e venda. Assim, caso o consumidor desista do contrato de compra e venda do veículo, o contrato de crédito será cancelado também

Anvisa e Anatel poderão ter de prestar contas ao Congresso Nacional todo ano

Foram aprovados ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) oito projetos de Waldemir Moka (PMDB-MS) que obrigam as agências reguladoras a enviar relatórios de atividades ao Congresso anualmente.

São oito as autarquias afetadas: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

— Sob os prismas da constitucionalidade e da juridicidade, os projetos estão adequadamente enquadrados no ordenamento jurídico. É competência exclusiva do Congresso fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Os projetos de lei dão ao Parlamento condições de exercer esse mister constitucional — afirmou o relator, Walter Pinheiro (PT-BA).

Os projetos de Moka são os PLSs 13, 57, 58, 59, 60, 63, 64 e 65, todos de 2013. O primeiro, por exemplo, refere-se à Anatel e determina à agência a elaboração de relatório anual de atividades, onde deve se destacar o cumprimento da política definida para o setor. As demais propostas se referem às outras agências reguladoras.

O diagnóstico a ser submetido aos parlamentares deve se basear em indicadores de qualidade, acesso, uso e preços dos serviços prestados no atacado e no varejo, e em investimentos e rentabilidade, trazendo um sumário das ações concluídas ou em execução. Determina-se o envio para o Executivo, a Câmara e o Senado até 30 de março do ano seguinte.

O conjunto de projetos de Moka agora será analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS), Educação, Cultura e Esporte (CE), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Serviços de Infraestrutura (CI).

Lei Geral das Agências Reguladoras passa em comissão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras (PLS 52/2013). A proposta, que faz parte da Agenda Brasil, estabelece regras relativas à gestão, organização e mecanismos de controle social das agências reguladoras federais e promove ajustes nas leis específicas de criação de cada uma delas.

De Eunício Oliveira (PMDB-CE), a proposta reproduz, em grande medida, o PL 3.337/2004, que visava aumentar o controle das agências pelos ministérios a que são vinculadas. O projeto foi arquivado a pedido de Dilma Rousseff, em 2013, após quase dez anos na Câmara.

O texto prevê dispositivos para vincular a atuação das

agências reguladoras aos órgãos de defesa da concorrência e fixa mandato máximo de quatro anos para os dirigentes, admitida uma recondução.

O relator na CCJ, Walter Pinheiro (PT-BA), fez emendas

ao projeto, como a que fixa que os presidentes das agências compareçam, anualmente, ao Congresso para prestar contas.

O texto vai a votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Walter Pinheiro foi relator do texto aprovado, que integra a Agenda Brasil

Avança análise da Política Nacional de Tecnologia Social

O projeto que institui a Política Nacional de Tecnologia Social (PNTS) foi aprovado ontem, em decisão final, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta (PLS 111/2011) teve parecer favorável do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), que apresentou uma emenda

e acolheu outras quatro aprovadas pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Nas emendas apresentadas na CAS e na CCT, foram inseridos, por exemplo, o estímulo ao associativismo, à incubação tecnológica e ao fortalecimento de empreendimentos

cooperativos e solidários entre os objetivos da política.

A emenda de Pinheiro buscou aperfeiçoar o uso de convênios como instrumento de implementação da política. Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta será enviada à Câmara dos Deputados.

Aprovada ontem na CCJ, proposta de Ricardo Ferraço prevê o repasse de 60% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança para estados, municípios e o Distrito Federal

Projeto facilita divisão de verbas da segurança

AGENDA BRASIL

ESTADOS, DISTRITO FEDERAL e municípios poderão receber 60% do orçamento anual do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A iniciativa, resultante de projeto de lei do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta (PLS 72/2014), que integra a Agenda Brasil, segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que fará a análise final do texto.

Segundo Ferraço, a intenção do texto é facilitar a transferência de verbas federais da segurança a outros entes fede-



Depois de ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (acima), texto será analisado na de Assuntos Econômicos

rados. O senador explicou que esse repasse é feito atualmente por meio de convênios, acordos e ajustes, modalidades que, na opinião dele, “são extremamente burocráticas e pouco contribuem para o efetivo repasse de recursos”.

A exemplo do que já acontece nas áreas de saúde e assistência social, a transferência passaria a ser de fundo (nacional) a fundo (estadual, distrital e municipal).

A implementação do benefício se submete, no entanto,

a alguns condicionantes. Entre os principais, estão a existência de fundo local de segurança pública, com conselho de gestão e plano local previamente aprovado pelo conselho gestor do FNSP; e contrapartida

de recursos para o setor no respectivo orçamento.

Há também exigências de compatibilidade entre os planos municipais e estadual de segurança pública; de divisão equilibrada do total do repasse do FNSP entre municípios (50%) e estados (50%); e da definição de repasses mensais, na proporção de 1/12, da dotação anual autorizada.

Os efeitos financeiros da lei gerada pelo PLS 72/2014 deverão se dar no exercício seguinte ao de sua aprovação.

O relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), recomendou a aprovação da proposta. Ele reconheceu “a boa intenção do autor e os benefícios que teoricamente serão alcançados com sua aprovação”.

Vai para Câmara restrição à venda de sinalizadores náuticos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em decisão terminativa (sem necessidade de posterior aprovação do Plenário), o PLS 74/2013, que proíbe a venda de sinalizador náutico a menor de 18 anos, obriga a identificação do comprador e exige o credenciamento da loja. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Blairo Maggi (PR-MT).

O ex-senador Vital do Rêgo apresentou o projeto motivado pelo acidente com um sinalizador náutico que causou a morte de torcedor do time boliviano San José, disparado num jogo contra o Corinthians na Bolívia.

— A repercussão dessa morte trágica ilustra a gravidade da comercialização indiscriminada de sinalizadores náuticos — afirmou Vital.

Pelo projeto, deve constar da

embalagem do produto orientação sobre o uso adequado e advertência sobre os riscos da manipulação indevida.

O PLS 74/2013 obriga o comprador a apresentar documento de identidade, informação incluída num cadastro a ser mantido pelo fornecedor por cinco anos. O texto proíbe a venda fora de estabelecimento comercial credenciado e determina que os produtos sejam expostos em prateleira com altura mínima de 1,5 metro.

O sinalizador é um instrumento obrigatório nas embarcações, sendo importante em emergências, capaz de ajudar na localização e no resgate em caso de avarias ou naufrágio.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta será enviada para a Câmara dos Deputados.

Comissão aprova duas novas varas da Justiça Federal

Para dar continuidade ao processo de interiorização da Justiça Federal no país, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a criação de duas novas varas, em Rondonópolis (MT) e Ijuí (RS).

A 2ª Vara Federal de Rondonópolis deverá ter um cargo de juiz federal e um cargo de juiz federal substituto. Foi prevista ainda a criação de 17 cargos efetivos (13 de analista e 4 de técnico judiciário), 1 cargo em comissão e 13 funções comissionadas. O projeto de lei da Câmara (PLC 92/2015) que cria a vara teve parecer favorável do relator, senador José Medeiros (PPS-MT).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considerou a iniciativa justificável, “tendo em vista a crescente demanda da população que busca a tutela da Justiça”. No parecer,

José Medeiros concordou com a abertura de uma segunda vara em Rondonópolis porque a cidade “experimenta altos índices de desenvolvimento econômico e demográfico”, como ressaltou.

A justiça do pleito foi reforçada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT). Ele observou que Rondonópolis é a segunda cidade de Mato Grosso, “um polo econômico e com grande história política” no estado.

A proposta de criação de vara da Justiça Federal em Ijuí (PLC 117/2015) também teve parecer favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS). A vara integra a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O PLC 117/2015, a exemplo do projeto relativo a Rondonópolis, determina a abertura de um cargo de juiz federal e outro de juiz federal substituto e a criação de 17 cargos

efetivos (13 de analista e 4 de técnico judiciário), de 1 cargo em comissão e de 13 funções comissionadas.

Com base em avaliação do CNJ, Ana Amélia considerou justificável a criação da vara federal de Ijuí. A medida foi proposta para fazer frente à crescente demanda da região, afirmou.

O vice-presidente da CCJ, José Pimentel (PT-CE), assinalou a oportunidade da proposta, fruto de entendimento entre os Poderes Executivo e Judiciário para interiorização da Justiça Federal no país.

— De 2003 para cá, já foram instaladas 413 varas federais e esse processo de expansão ainda não se completou — observou Pimentel.

Os dois projetos seguiram para análise do Plenário com pedido de votação em regime de urgência.

Lídice pede que governo coloque em prática plano contra homicídios

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que os trabalhos da CPI do Assassinato de Jovens, presidida por ela, estão mostrando a cruel realidade da violência no país. Ela pediu a efetivação do Plano Nacional de Redução de Homicídios.

Apesar do aumento da violência, que atinge principalmente jovens negros, de baixas renda e escolaridade, os investimentos públicos em segurança, disse, diminuíram de 2013 para 2014.

— É em nome da luta em defesa da segurança do cidadão e da vida das crianças que queremos apelar ao governo para que coloque na ordem do dia o plano de redução dos assassinatos.

Gleisi destaca saída do Brasil do Mapa da Fome, ocorrida há um ano

Gleisi Hoffmann (PT-PR) registrou a saída do Brasil do Mapa da Fome, da ONU. Ela disse que embora esse fato tenha ocorrido há um ano, não foi devidamente comemorado, merecendo destaque agora. A senadora credita isso ao empenho do ex-presidente Lula, que, mesmo antes de ser presidente, lançou o Fome Zero, em 2001, e depois, no Planalto, adotou políticas públicas integradas, visando acabar com a miséria.

— Um dos maiores produtores agrícolas do mundo, o Brasil tinha fome. Faz um ano que nós saímos do Mapa da Fome e nós devemos muito ao presidente Lula — afirmou.

Dário Berger defende volta do sistema parlamentarista

Dário Berger (PMDB-SC) ressaltou as vantagens do parlamentarismo, afirmando que a mudança do sistema de governo poderia ter evitado a atual crise institucional. Ele citou as palavras do ex-senador Paulo Brossard, que classificou o parlamentarismo como o mais adiantado e moderno entre os sistemas de governo. Dário sublinhou a maior clareza dos programas partidários e o aumento dos obstáculos à corrupção como vantagens do parlamentarismo.

— O presidencialismo se mostra cada vez mais inadequado diante da pluralidade da sociedade moderna e da complexidade de um país como o Brasil.

Requião lembra caso do Banestado e lamenta fim de investigação

Para Roberto Requião (PMDB-PR), o Brasil não deve esquecer do escândalo do Banestado, que chamou de “mãe de todas as vergonhas”. Ele lamentou a falta de continuidade nas investigações e disse que o uso irregular de contas internacionais do banco estatal paranaense revelou desvio de mais de US\$ 120 bilhões.

Ele ressaltou que o escândalo do Banestado envolveu os mesmos doleiros investigados na Lava-Jato.

— Lá [no inquérito do Banestado] está a tecnologia da corrupção, da fraude, do roubo, da sonegação, da malversação, da propina, das concorrências e compras viciadas e superfaturadas.



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado



Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Apesar de reconhecerem importância de projeto apresentado por Gleisi Hoffmann sobre o assunto, senadores da CCJ rejeitaram o texto e aprovaram parecer indicando que o tema deve ser tratado por meio de uma proposta de emenda à Constituição

PEC pode modificar regras sobre teto salarial do serviço público

PROJETO DA SENADORA Gleisi Hoffmann (PT-PR) que regulamentava o teto salarial dos agentes públicos foi rejeitado ontem por inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Em contrapartida, o colegiado aprovou parecer do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) recomendando que o assunto seja tratado por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Por sugestão de Randolfe, relator do PLS 3/2011, a PEC deverá prever a edição de uma lei federal — a ser proposta pelo Poder Executivo — fixando regras gerais sobre a aplicação do teto salarial dos agentes públicos.

“No caso do acúmulo de remunerações, proventos ou pensões pagos por entes distintos da Federação, a edição de lei nacional reguladora do tema nos parece inafastável, ante a possibilidade sempre presente do surgimento de conflitos federativos”, justificou Randolfe.

Ao discutir o projeto na comissão,



Randolfe (C) justifica a necessidade de regulamentar, por exemplo, o acúmulo de remunerações

Gleisi reconheceu ter consciência sobre a inconstitucionalidade do texto. Resolveu, porém, mantê-lo em tramitação para levantar o debate sobre uma questão que considera importante.

— O Executivo é o único Poder que exerce o teto remuneratório estabelecido pela Constituição federal. Fico feliz que, entre as medidas de ajuste fiscal

[propostas pelo governo federal], esteja a discussão sobre o teto de remuneração dos servidores federais.

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) reconheceu a existência de dúvidas sobre o alcance do teto remuneratório no serviço público. Ele elogiou a iniciativa de Gleisi e a solução recomendada por Randolfe.

Aprovada proposta que regulamenta profissão de designer

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que regulamenta a profissão de designer. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 24/2013, do ex-deputado Penna, determina que somente titulares de curso superior, ou pessoas com experiência mínima de três anos até a data de publicação da lei, possam exercer a profissão de designer. O texto segue para sanção.

Pela proposta, fica vedada a entrada no mercado de trabalho de pessoas sem a adequada qualificação para atividades envolvendo desenhos industriais, pesquisa, magistério, consultoria e assessoria na área. Além disso, o fruto do trabalho do designer passa a ser protegido pela Lei dos Direitos Autorais (Lei 9.610/1998).

Os diplomas de graduação considerados válidos são os dos cursos de comunicação visual, desenho industrial, programação visual, projeto de produto, design gráfico, design industrial, design de moda e design de produto, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

O texto fixa punição para a pessoa física ou jurídica que usar a denominação designer ou empresa de design sem cumprir os critérios previstos.

Adiada análise de efeito cascata para salários

Pedido de vista coletiva adiou ontem a votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de proposta de Gleisi Hoffmann (PT-PR) que deruba a vinculação automática entre subsídios (termo técnico para os vencimentos mensais) recebidos por agentes públicos, como parlamentares e ministros dos tribunais superiores.

A proposta (PEC 62/2015) impede o efeito cascata no reajuste dessas remunerações e tem parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-

AP), na CCJ. Para Randolfe, as vinculações remuneratórias automáticas são uma distorção que o projeto combate, recuperando “a moralidade do sistema”.

Antes do adiamento da votação, ele informou ter sido procurado por entidades ligadas à magistratura e ao Ministério Público que defendem alterações no texto. O senador disse que pretende debater com eles as sugestões de mudança.

Gleisi realçou a importância de discutir o fim do efeito

cascata para agentes públicos remunerados por subsídio:

— A Constituição é clara. O dever [do Congresso] é estabelecer a remuneração dos ministros do Supremo e dos demais tribunais superiores. O que o projeto faz é não permitir que o aumento seja automático (para estados e municípios). As assembleias legislativas e câmaras de vereadores também terão de fazer essa discussão e levar em consideração a realidade das finanças de cada ente federado.

Texto veda servidor em colegiados da Justiça Eleitoral

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que altera o Código Eleitoral para vedar a indicação de servidor público do Executivo a vaga de advogado em órgão colegiado da Justiça Eleitoral.

Uma lacuna da lei permite hoje que servidor subordinado a presidente, governador e prefeito, com interesse direto

nas eleições, integre colegiado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou dos tribunais regionais eleitorais (TRES).

O autor da proposta (PLS 329/2014 — Complementar), Marcello Crivella (PRB-RJ), explica que essas cortes da Justiça são integradas por magistrados de carreira e por advogados, indicados pelo STF (no caso do TSE) e por tribunais de Justiça.

O senador observa, porém, que a lacuna do código que permite que o advogado seja servidor (como os procuradores) subordinado ao chefe do Executivo é indesculpável. Ele lembra que governadores e prefeitos têm interesses nessas cortes.

O texto teve relatório favorável de Roberto Requião (PMDB-PR). O projeto agora vai ao Plenário do Senado.

Comissão deve votar hoje MP de proteção ao emprego

A reunião da comissão especial para votar o relatório do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) à Medida Provisória (MP) 680/2015, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), foi suspensa e será retomada hoje, às 10h.

Conforme o texto de Vilela, a empresa em dificuldade financeira poderá reduzir a

remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%. Como contrapartida, a companhia fica impedida por até 32 meses de demitir sem justa causa quem teve redução salarial e de jornada.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), que presidiu o encontro, resolveu encerrar o debate

depois de uma discussão entre os senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) sobre a comparação econômica dos governos federais dos dois partidos.

Antes da suspensão, parlamentares do PSDB discursaram contra a MP e procuraram obstruir a votação do texto, que foi alterado por Vilela.

Desembargadores pedem rápida sanção da compulsória aos 75 anos

Integrantes da Associação Nacional de Desembargadores (Andes) defenderam ontem a rápida sanção do projeto que regulamenta a aposentadoria compulsória aos 75 anos no serviço público. Eles visitaram o presidente do Senado, Renan Calheiros, de quem receberam apoio para acelerar o processo.

— Vou agilizar o envio dos autógrafos [à Presidência da República] — disse Renan.

O PLS 274/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), foi aprovado na terça-feira pelo Plenário do Senado, que confirmou

modificações feitas no texto pela Câmara. A sanção cabe à presidente Dilma Rousseff.

A necessidade de regulamentação se originou da Emenda Constitucional 88/2015, que aumentou de 70 para 75 anos a compulsória para os ministros de tribunais superiores.

Segundo o presidente da Andes, Bartolomeu Bueno, há vários desembargadores que completam 70 anos em menos de dez dias e a categoria, com cerca de 17 mil integrantes, pede urgência na sanção da proposta.

Paim ressalta importância da PEC das Domésticas

Paulo Paim (PT-RS) lembrou em Plenário que hoje, 1º de outubro, serão completados 120 dias da sanção da PEC das Empregadas Domésticas.

Com a decisão do Congresso, os trabalhadores domésticos passaram a ter vários direitos já garantidos a outras categorias, como definição da jornada de trabalho, adicional noturno e FGTS. Paim também homenageou a deputada Benedita da Silva, que, segundo ele, sempre lutou para que essas conquistas fossem alcançadas.

— Daqui para a frente, o mundo das empregadas domésticas será diferente. Vai ser muito, muito, muito melhor — disse.

Para Ferraço, CGU não pode ser afetada por redução ministerial

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ressaltou a importância de a Controladoria-Geral da União (CGU) ser preservada na reforma ministerial. Ele afirmou que o possível fatiamento das atribuições da CGU entre a Casa Civil e o Ministério da Justiça será um retrocesso no combate à corrupção.

Ferraço afirmou que a CGU tem cumprido o seu papel na defesa do Estado e dos contribuintes e lamentou que o governo esteja preocupado em fazer uma reforma para construir base política “a todo e qualquer custo”.

— Qualquer tentativa de enfraquecer a CGU merece o protesto dos que estão associados na luta contra a delinquência no poder público.

Proposta com essa finalidade foi anunciada ontem na Comissão de Educação após audiência pública que discutiu o assunto

25 de outubro pode se transformar em data especial sobre o nanismo

O BRASIL PODERÁ se unir a 29 países que já têm no calendário data específica para campanhas informativas sobre o nanismo, doença genética que provoca crescimento esquelético anormal, resultando em indivíduo com altura muito menor que a média da população. A reivindicação foi acolhida pelo presidente da Comissão de Educação (CE), Romário (PSB-RJ), que anunciou ontem projeto de lei com essa finalidade em audiência pública sobre o tema.

Como nos demais países, a data escolhida foi 25 de outubro, em homenagem ao falecido ator norte-americano Billy Barty, que tinha nanismo e foi um dos primeiros a lutar contra o preconceito, fundando a instituição Little People of America. A data será chamada de Dia Nacional do Combate ao Preconceito à Pessoa com Nanismo.

— É preciso lembrar que as pessoas com nanismo são pessoas com deficiência que têm o direito de viver uma vida normal e completa, sem a imagem de que são engraçadas ou nascidas para provocar o riso — salientou o senador.

Segundo Kenia Maria de Souza Rio, que preside a



Presidente da comissão, Romário (C) apoia reivindicação dos participantes do debate contra o preconceito à deficiência

Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro, entre as pessoas com deficiência, as que têm nanismo são as mais “ridicularizadas e subestimadas” pelos órgãos de comunicação, os maiores responsáveis por estimular preconceitos e lendas:

— É mais fácil chamar a atenção para os impedimentos e aparências do que para os potenciais e capacidades.

Foi lembrado o reconhecimento tardio do nanismo como deficiência que permite o acesso a políticas especiais de atendimento e medidas de

inclusão, o que ocorreu por meio do decreto 5.296/2004, que regulou a Lei da Acessibilidade. Depois, veio o acesso às cotas para postos no mercado de trabalho público e privado.

Vanderlei Linck chegou ao funcionalismo pelo caminho das cotas, mas assinalou que a alternativa é pouco conhecida. Quanto ao setor privado, disse que agora há mais contratações, já que as empresas precisam preencher as cotas.

O ativista Luiz Numeriano, da Associação Gente Pequena do Brasil, destacou o trabalho

da entidade na divulgação na internet sobre a saúde das pessoas com nanismo e no suporte às famílias.

Lorena de Castro Oliveira, da Associação Pequenos Guerreiros, pediu soluções de mobilidade no ambiente doméstico e no espaço público.

O IBGE não tem estatísticas sobre a ocorrência de nanismo — quando um indivíduo tem altura cerca de 20% menor que a média geral — na população brasileira. A audiência foi acompanhada por Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Lasier Martins (PDT-RS).

Projeto beneficia servidor com familiar deficiente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em decisão terminativa (sem necessidade da posterior aprovação do Plenário), o PLS 68/2015, que permite horário especial, sem exigência de compensação de jornada, ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), agregou ao texto duas emendas de Paulo Paim (PT-RS) já aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Incumbe à União cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência. A exigência de compensação de horários, em vigor na atualidade, dirige-se contra o próprio deficiente, seja cônjuge, filho ou dependente do servidor — argumenta Petecão.

De acordo com o relator, a pessoa com deficiência reclama tratamento multiprofissional personalizado,

o que torna imprescindível a assistência direta do servidor para que seja assegurado o atendimento demandado por seu familiar deficiente.

A proposta original restringe a medida aos servidores federais com cônjuge, filho ou dependente com deficiência física.

Essa limitação já existe no Regime Jurídico Único dos servidores federais (Lei 8.112/1990).

As duas emendas de Paim corrigem o equívoco, segundo Petecão.

Além de ajustar a proposta aos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem status de emenda constitucional, as modificações estendem o direito aos servidores federais que são pais, cônjuges ou responsáveis por pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLS 68/2015 será enviado para a Câmara dos Deputados.



Ana Amélia conversa com Benedito de Lira, relator do texto, durante a reunião

Proposta pune cartório que omitir pai na certidão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que trata da inversão do ônus da prova nos casos de investigação da paternidade. Uma das inovações é a responsabilização criminal do oficial de registro civil que não informar ao juiz, em até cinco dias, os casos de crianças registradas sem a indicação do nome do pai. O texto aprovado em decisão terminativa ontem é um substitutivo de Benedito de Lira (PP-AL) a projeto de lei (PLS 101/2007) de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

“No caso de omissão paterna, quando o registro de nascimento conta apenas com

a maternidade declarada, o oficial do cartório se informará com a mãe a respeito da identidade do suposto pai. Em seguida, o oficial comunicará ao juiz nome, profissão, identidade e residência do suposto pai para que seja investigada a procedência da alegação da mãe”, explica Benedito.

O senador ressaltou a previsão de obrigar a classificação de “segredo de justiça” para os depoimentos da mãe e do suposto pai na etapa pré-processual da investigação.

— Esse projeto vai dar dignidade às criancinhas que não pediram para nascer e são discriminadas.

Inquérito civil deverá ganhar novas regras

Foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a regulamentação do inquérito civil, instrumento usado pelo Ministério Público para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Segundo Blairo Maggi (PR-MT), autor do PLS 233/2015 — Complementar, o objetivo é suprir a lacuna legal quanto a esse instrumento, que existe desde 1985.

Uma das novidades é o estabelecimento de um prazo para a conclusão do inquérito, de 12 meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período. Esse prazo foi introduzido pelo substitutivo do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A proposta original previa seis meses.

O substitutivo atribui à prova colhida pelo Ministério Público no inquérito civil a chamada presunção relativa, ou seja, pode ser desfeita pela prova em contrário. Essa contraprova caberá ao réu na ação civil pública aberta com base no inquérito civil.

Um dos artigos determina ao membro do Ministério Público que, instaurado o inquérito civil, notifique o investigado para que apresente esclarecimentos por escrito no prazo de dez dias. Também a parte investigada será intimada para acompanhar as declarações e os depoimentos. O projeto agora vai para o Plenário.

Texto sobre troca de professores tem votação adiada

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação de projeto que obriga a rede pública de ensino a manter, em cada disciplina, pelo menos 5% a mais do número de professores necessários à demanda, preparados a substituir os titulares que se afastarem para aperfeiçoamento por licença.

O pedido de vista coletiva foi concedido após as ponderações de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Simone Tebet (PMDB-MS) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) quanto à possibilidade de a matéria interferir na autonomia de entes federados. Omar Aziz (PSD-AM) observou que não há professores excedentes nos municípios.

O projeto (PLS 532/2009), de Cristovam Buarque (PDT-DF), insere essa norma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996). Com a medida, ele pretende evitar que os alunos fiquem sem aula quando um professor se afastar.

Hemodiálise está em colapso no Brasil, segundo entidade médica

De acordo com a Sociedade Brasileira de Nefrologia, pacientes renais crônicos estão morrendo porque há falta de serviços de diálise e escassez de medicamentos. Nos próximos dias, senadores irão ao Ministério da Saúde pleitear mais verbas para o setor

A HEMODIÁLISE (LIMPEZA do sangue por aparelhos, quando os rins não funcionam) vive um colapso no Brasil, denunciaram os participantes da audiência das Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) realizada ontem.

— Temos uma tragédia anunciada. A diálise está em crise — afirmou Valter Garcia, diretor da Sociedade Brasileira de Nefrologia.

Um dos principais problemas apontados pelo médico é o valor pago pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às clínicas que realizam a hemodiálise. O custo real da sessão gira em torno de R\$ 256, mas o sistema público paga apenas R\$ 179. São feitos via SUS 85% dos atendimentos.

Nos últimos dez anos, disse Garcia, o número de pacientes cresceu 71%, enquanto o número de unidades de diálise aumentou 15%. As consequências, informou, são a superlotação e diálises malfeitas, já que até mesmo a redução do tempo da sessão vem ocorrendo. Isso encarece o tratamento, pelas complicações na saúde do paciente, podendo levá-lo à morte. O médico cita a falta de nefrologistas e a grande rotatividade dos técnicos de enfermagem.

Nem mesmo a Sociedade Brasileira de Nefrologia sabe a incidência da doença no país. Existe a estimativa de que 10 milhões de brasileiros sofram de algum tipo de disfunção renal, dos quais mais de 120 mil fazem hemodiálise. Destes, 35% têm indicação de transplante, mas a fila de espera é enorme e o número de doadores não sobe significativamente.

Por ano, 33 mil pacientes precisam



Eduardo Amorim (C) conduz a audiência: em pauta, dificuldades enfrentadas pelos doentes renais

entrar no sistema de diálise. Somados os óbitos (19 mil) e os transplantes (5 mil), há uma “abertura de vagas” de 24 mil. Para atender a demanda, disse Paulo Luconi, da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, seriam necessárias 9 mil vagas novas por ano, mas o Brasil só cria 2 mil. Hoje há 715 unidades, mal distribuídas pelo país.

— Nós estamos vivendo um apagão da terapia renal substitutiva.

Prevenção

Ele cobrou que se concedam mais incentivos aos transplantes e que se coloque em prática a Portaria 389/2014, que organiza a linha de cuidados à pessoa com doença renal crônica e prevê recursos para o cuidado ambulatorial, antes que os casos de diabetes e hipertensão exijam diálise.

— A sustentabilidade passa pela prevenção — resumiu Luconi.

O presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil, Renato Padilha, lembrou que não adianta fazer os transplantes e abandonar os

transplantados. Muitas vezes o SUS deixa faltar medicamentos importantes para a sobrevivência dos novos rins.

O coordenador do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde, Heder Murari Borba, frisou que o Brasil tem o maior sistema público de transplantes do mundo. Em 2014, foram repassados R\$ 2,6 bilhões aos estados para pagamento de terapias renais. Ele advertiu que é preciso lembrar-se do momento delicado da economia, quando falta dinheiro para tudo:

— Temos que ter cuidado para não jogar fora, além da água da bacia, a criança junto.

Por sugestão de Waldemir Moka (PMDB-MS), os senadores decidiram procurar o Ministério da Saúde. A ideia é encontrar alguma solução possível pelo menos para diminuir a defasagem em relação ao custo e o repasse pela sessão.

— A doença renal crônica mata tanto quanto o trânsito e os homicídios e é uma morte silenciosa — lamentou o senador e médico Eduardo Amorim (PSC-SE), que sugeriu a realização do debate.

Na visão de Cassol, Anvisa “faz o jogo” da indústria farmacêutica

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pela demora na liberação da fosfoetanolamina sintética, medicamento desenvolvido na Universidade de São Paulo (USP) para tratamento de câncer. Segundo o senador, o novo medicamento é muito mais barato e eficaz, podendo gerar uma economia de bilhões de reais ao Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, Cassol avaliou que não há interesse dos laboratórios em produzir remédios de baixo custo. Ele acusou a Anvisa de “fazer o jogo dos laboratórios”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ex-ministro Chioro fez gestão brilhante na Saúde, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) elogiou a atuação do ex-ministro da Saúde Arthur Chioro à frente da pasta. Segundo o senador, Chioro deu continuidade aos projetos iniciados pelo ex-presidente Lula, sempre em busca de melhorar o atendimento à população. Para ele, Chioro fez uma gestão “brilhante”.

O senador também afirmou não ser verdade que a presidente Dilma demitiu Chioro por telefone. Humberto explicou que Dilma conversou pessoalmente com ele na semana passada, explicando a necessidade de abrir mais espaço a partidos aliados na Esplanada dos Ministérios.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Congresso participa de campanha contra o câncer de mama

O Senado aderiu à campanha de conscientização do câncer de mama Outubro Rosa como forma de chamar a atenção para a importância do diagnóstico precoce no sucesso do tratamento da doença. Até o final de outubro, o prédio do Congresso será iluminado com a cor rosa.

No lançamento da campanha, ontem à noite, estiveram presentes as senadoras Ângela Portela (PT-RR), Marta Suplicy (PMDB-

SP), Regina Sousa (PT-PI), Rose de Freitas (PMDB-ES), Sandra Braga (PMDB-AM), Simone Tebet (PMDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), além do senador Omar Aziz (PSD-AM). Também participaram do evento a procuradora da Mulher da Câmara, Elcione Barbalho (PMDB-PA), a presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer de Mama, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), e a diretora-geral do Senado,

Ilana Trombka.

A bancada feminina do Congresso se comprometeu a levar a campanha a todos os estados. O evento é organizado por um grupo de trabalho formado por 25 entidades parceiras, que elaboram atividades para alertar sobre a detecção precoce da doença. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), somente em 2015 o câncer de mama deverá atingir 57 mil pessoas no Brasil.



Congresso se iluminou de rosa ontem à noite em adesão a evento

Ana Amélia registra Outubro Rosa e pede atenção a diagnóstico de tumor

Ana Amélia (PP-RS) destacou que, durante todo o mês, o prédio do Congresso Nacional será iluminado de cor-de-rosa, participando, assim, do Outubro Rosa, que chama a atenção para o câncer de mama e alerta as mulheres para a necessidade de fazer os exames que detectam a doença ainda em estágio inicial.

A senadora, relatora do projeto que garante reconstituição da mama logo após a mastectomia, citou dados revelando que a taxa de mortalidade é 11 vezes maior na áreas de menor renda do que nas regiões onde há maior acesso a recursos de saúde.

— Em alguns casos, a ausência de infraestrutura se compara à situação de países africanos, onde não há equipamentos específicos de rastreamento do câncer dentro do sistema nacional de saúde.

Vanessa diz que este ano doença deve atingir 1,6 milhão de pessoas no mundo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou o início da campanha de conscientização do câncer de mama, que se estende por todo o mês de outubro.

O Outubro Rosa chama a atenção para a importância do diagnóstico precoce. Só este ano no Brasil, disse Vanessa, a expectativa é de que 57 mil pessoas recebam o diagnóstico. E, no mundo, 1,6 milhão de pessoas serão diagnosticadas com a doença, que, ressaltou, tem grandes chances de cura, principalmente com diagnóstico precoce.

A taxa de sobrevivência de pacientes com o câncer aumentou 87% entre 2005 e 2009.

— Os números representam milhares de vidas salvas por consequência direta de medidas que permitem diagnóstico precoce e melhoria do pós-operatório.

Rose lamenta falta de equipamentos e exames para detecção precoce

Rose de Freitas (PMDB-ES) ressaltou que a campanha Outubro Rosa começou com apenas algumas adesões e hoje já conta com a participação de centenas de cidades.

— Tenho certeza de que milhões de mulheres e homens de todo o mundo hoje já compartilham informações e experiência nesse movimento popular internacional. Tradicionalmente, neste mês, todas as mulheres entre 40 e 69 anos são incentivadas a fazer o exame de mamografia.

A senadora lamentou, no entanto, que ainda falte, por parte dos governos, a decisão política de combater a doença, assegurando equipamentos e exames que ajudem no diagnóstico precoce, que aumenta de forma significativa a chance de cura.

CPI do Carf ouve hoje ex-conselheira e sócio de empresa investigados pela PF

Deponentes são suspeitos de envolvimento no esquema de manipulação de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) deve ouvir hoje Meigan Sack Rodrigues, ex-conselheira da entidade, e Alexandre Paes dos Santos, sócio da empresa Davos Energia Ltda.

Ambos são citados na Operação Zelotes, da Polícia Federal, que investiga denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros do Carf criaram esquema de manipulação de julgamentos, para redução de multas de sonegadores de impostos. O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda no qual os contribuintes podem contestar administrativamente multas da Receita Federal.

Ex-conselheira do órgão, Meigan havia sido convocada para reunião anterior da CPI,



Ataídes, presidente da comissão, e Vanessa, relatora: CPI poderá fazer acareação entre ex-funcionários de empresas

mas apresentou atestado médico e não compareceu. Ela é filha de Edson Pereira Rodrigues, ex-presidente do Carf, e sócia do pai em escritório de advocacia. Santos é suspeito de criar empresa de fachada para participar do esquema.

Os requerimentos para a tomada dos depoimentos foram apresentados por José Pimentel (PT-CE).

A comissão é presidida por

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e tem como relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Acareação

Após os depoimentos, a comissão deve votar requerimento de Ataídes para acareação entre Hugo Rodrigues Borges e Gegliane Maria Bessa Pinto.

Em depoimento no mês passado, Borges, ex-funcionário das empresas J. R. Silva e SGR

Consultoria, disse que a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra e o ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondau, após deixarem as pastas, frequentaram o escritório das duas empresas, apontadas como peças principais do esquema. Ex-funcionária da J. R. Silva, Gegliane é considerada testemunha-chave da investigação. Ela foi ouvida em audiência secreta em junho.

CPI do HSBC busca formas de ter acesso a lista de correntistas no exterior

A comissão parlamentar de inquérito que investiga depósitos externos não declarados de brasileiros no HSBC discutirá hoje, às 10h, as dificuldades da CPI de conseguir acesso à lista de correntistas brasileiros.

— Nós precisamos estar respaldados por essa lista cedida pelo Estado francês, para darmos continuidade aos trabalhos. Outros órgãos brasileiros têm acesso aos nomes, mas não estão autorizados a compartilhar com a CPI — explicou o

presidente da comissão, Paulo Rocha (PT-PA).

O senador pediu ajuda da Procuradoria-Geral da República para que a França repasse a listagem à CPI.



O presidente da CPI, Paulo Rocha, quer obter lista de correntistas

Comissão faz sabatina de indicados a embaixadas no Uruguai e nas Filipinas

Hoje, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sabatará os diplomatas Hadil Fontes da Rocha Vianna, que foi indicado para o cargo de embaixador do Brasil no Uruguai, e Rodrigo do Amaral Souza, indicado para a embaixada brasileira nas Filipinas. Se aprovados na CRE, ainda terão de ser confirmados pelo Plenário.

Ecolhido para atuar no Uruguai, Hadil Fontes da Rocha Vianna é formado em direito. O país vizinho, que integra o

Mercosul, já concedeu as credenciais ao novo embaixador brasileiro em julho.

Rodrigo do Amaral Souza é indicado para ocupar o cargo de embaixador nas Filipinas, cumulativamente com as representações nas Ilhas Marshall, na Micronésia e na República de Palau. Ele é formado em administração.

Depois das sabatinas, a CRE deve votar o relatório da indicação de Elizabeth-Sophie Mazzella di Bosco Balsa para a embaixada no Sri Lanka.

Isenção de IPI para veículos de feirante será debatida em audiência

A isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para instalar quiosque, trailer ou feira e que os utilizem como instrumento de trabalho estará em debate na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE) hoje.

A audiência pública foi solicitada para instruir a análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) 85/2014, que estende a isenção — hoje prevista apenas para veículos de motoristas de táxi, cooperativas de

táxi e pessoas com deficiência — a esse outro segmento. A proposta é de autoria do ex-senador Gim.

“Entendemos importante discutir o mérito do projeto, para verificar a adequação da proposição ao objetivo de

fomentar a atividade econômica dos segmentos envolvidos”, defende o autor do requerimento de audiência, Hélio José (PSD-DF).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Alvaro Dias quer mudar regras para prescrição de crimes

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei para alterar as regras de prescrição do Código



Penal, o que, na opinião dele, reduzirá a impunidade.

Pela proposta, o prazo somente passará a correr após o trânsito em julgado da decisão penal, quando não há mais possibilidade de recursos. Assim, acredita Alvaro Dias, não farão mais sentido os mecanismos da defesa que adiam o encerramento do processo.

Outro item prevê a interrupção do prazo prescricional quando o MP oferecer a denúncia contra o acusado, e não quando o juiz acolher essa denúncia.

— Do total de inquéritos, apenas 27,7% chegaram à denúncia e 72,3% foram inquéritos arquivados, a maioria em razão da prescrição — informou o senador.

Telmário Mota condena revisão da partilha do pré-sal

Telmário Mota (PDT-RR) lamentou que, pelo momento de fragilidade da Petrobras, há quem queira rever o modelo de partilha do petróleo do pré-sal para entregar a exploração a estrangeiros por meio de concessões.



O senador explicou que, no sistema de concessões, blocos onde pode haver petróleo são leiloados e, se as companhias vencedoras encontrarem óleo, deverão pagar uma indenização ao governo, os royalties. Já no modelo da partilha, o petróleo se mantém como propriedade da União e a empresa que conquista o direito de explorá-lo fica com uma parte do que for extraído.

— Isso é entreguismo, é a ação que se coloca a serviço da cobiça internacional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança MP que prorroga contratos da Chesf com indústrias do Nordeste

Comissão especial aprovou relatório que estende acordos até fevereiro de 2027. Pela legislação em vigor, venceriam em 30 de junho

A COMISSÃO ESPECIAL da Medida Provisória (MP) 677/2015 aprovou na terça-feira o relatório do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). A proposta original permitia à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras, prorrogar, até 8 de fevereiro de 2037, contratos de fornecimento de energia com indústrias do Nordeste. Pela Lei 11.943/2009, que permite à União participar do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica, os contratos celebrados na década de 70 venceriam em 30 de junho. Essa lei é alterada pela MP.

Segundo Eunício, a concessão de benefícios tarifários para instalação dessas indústrias no Nordeste foi uma “experiência exitosa” que não pode ser desfeita:

— Lá estão parques industriais que criam renda e emprego à população da região.

O deputado Fabio Garcia (PSB-MT) criticou a MP que, para ele, concede subsídio a



Senador Eunício Oliveira (C), autor do relatório, ao lado dos deputados Leonardo Monteiro e Manoel Junior na reunião

grandes empresas com contratos com a Chesf à custa do consumidor residencial. Ele lembrou que as empresas já tiveram benefício de aditamento de contrato em 2010 e sabiam do vencimento em 2015 e nada fizeram.

O relator incluiu a possibilidade de Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), também da Eletrobras, celebrar, de 1º de janeiro de 2016 até 26 de fevereiro de 2035, contratos com consumidores especiais ou livre (com carga maior que 500 kW) do Sudeste e Centro-

-Oeste dos setores de ferroliga, sílico metálico e magnésio.

Os contratos com os grandes consumidores serão reajustados em 22,5% e corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A MP prevê redução imediata do percentual de energia contratado em 25% para as indústrias nordestinas. A partir dos últimos cinco anos de validade dos contratos, tanto da Chesf quanto de Furnas, os valores contratados sofrerão redução uniforme de um sexto por ano.

Os montantes de energia a serem contratados com Furnas equivalem às parcelas de energia vinculadas à garantia física da Hidrelétrica de Itumbiara (GO). No caso da Chesf, parte da demanda energética será atendida pela garantia física de energia da Usina de Sobradinho (BA). A MP renovou a concessão das usinas de Itumbiara (a vencer em 2020) e Sobradinho (a vencer em 2022) por até 30 anos.

O texto segue agora para o Plenário da Câmara.

(Da Agência Câmara)

Criada a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal. O início dos trabalhos do grupo depende de apresentação de requerimento à Mesa do Senado.

A frente, integrada por senadores, vai priorizar o desenvolvimento sustentável e proteger os recursos naturais e os interesses socioeconômicos da região, que engloba oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão. A área corresponde a 59% do território e tem 13% da população do país.

Autora do Projeto de Resolução 23/2014, que propõe a frente, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considera urgente repensar as políticas de desenvolvimento da região, que teve “aumento exponencial das taxas de desmatamento e perda da biodiversidade”. O relator, Paulo Rocha (PT-PA), é pela aprovação do texto.

Estatais do setor elétrico serão ouvidas em audiência pública

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para realização de audiência pública sobre prejuízos das empresas estatais do setor elétrico, conforme matéria veiculada pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Segundo a reportagem, as empresas culpam o governo federal por um prejuízo de R\$ 20 bilhões, em virtude da

atual crise no setor de energia elétrica.

Ferraço sugere convidar o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e os presidentes da Eletrobras, José da Costa, da Eletronorte, Tito Cardoso de Oliveira Neto, e de Furnas, Flávio Decat de Moura.

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de Dalírio Beber (PSDB-SC) para realização de audiência conjunta

com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para discutir o uso de cadeirinha para transporte de menores de 10 anos em veículos escolares.

Serão convidados Alberto Angerami, diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Luiz Yabiku, presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); João Alziro Herz, presidente do Ins-

tituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); e Pedro Januário de Souza Neto, presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São José e Região (SC).

Por sugestão de Wellington Fagundes (PR-MT), a comissão também fará três debates para avaliar o Plano Nacional de Logística de Transportes. Serão discutidos atrasos e abandono de obras públicas

e a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura.

Foi lido também relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre indicação de Fernando Fortes Melro Filho para o cargo de diretor de Administração e Finanças do Dnit. Após a leitura do relatório, foi concedida vista regimental, devendo o indicado ser sabatinado na próxima reunião do colegiado.

Ministra do Meio Ambiente fala hoje sobre clima

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promove hoje, às 10h30, uma audiência pública com a presença da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

O objetivo do debate é discutir a proposta brasileira a ser apresentada na 21ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP-21), que acontece em

dezembro, na França.

A COP é um evento da ONU realizado regularmente e reúne os países que assinaram e ratificaram o Protocolo de Kyoto. As decisões da conferência são soberanas e obrigam todos os países signatários. A COP-21 terá como principal objetivo costurar um novo acordo entre os países para reduzir a emis-

são de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global.

A comissão é presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e tem o deputado Sergio Souza (PMDB-PR) como relator.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Bezerra pede metas ambientais mais ousadas

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) acredita que o Brasil pode ser mais ousado em relação às metas que vai anunciar na 21ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP-21), da ONU.

Bezerra destacou a meta que prevê que 45% da energia gerada no país será feita por fontes renováveis:

— Sou amplamente favorável a tais metas, porém defendo ainda mais ousadia em relação ao prazo para o alcance desses objetivos. Isto é, que eles sejam alcançados antes de 2030.

Países deverão seguir exemplo do Brasil, diz Marta

Ao comentar as metas ambientais do Brasil na luta contra as mudanças climáticas apresentadas pela presidente Dilma, Marta Suplicy (PMDB-SP) alertou:

— Não basta ser politicamente correto. É preciso cumprir as metas.

Segundo ela, o Brasil está se comprometendo a, até 2030, reduzir em 43% as emissões dos gases de efeito estufa e acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia, entre outros pontos.

— Um ponto importante da proposta brasileira é constri-ger os países a seguir o exemplo de nossas metas ousadas.

Comissão aborda custo de eletricidade no campo

Desde o começo do ano, os consumidores de energia elétrica passaram a conviver com o sistema de bandeiras tarifárias. Assim, os custos da energia variam de acordo com as condições de geração de eletricidade. Os impactos desses gastos extras para a agricultura irrigada e a aquicultura são o

tema do debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) hoje, a partir das 8h.

A audiência pública foi pedida por Waldemir Moka (PMDB-MS). Estão convidados para a discussão os ministros de Minas e Energia, Eduardo Braga; da Agricultura, Kátia Abreu; e da Pesca, Helder

Barbalho. Foram também chamados o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, e o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária, João Martins Júnior.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Eduardo Cunha queria que decisão da presidente Dilma de banir doações de empresas a campanhas eleitorais fosse posta na pauta ontem

Impasse com Câmara adia votação de vetos presidenciais para terça-feira

O PRESIDENTE DO Senado e do Congresso, Renan Calheiros, adiou para terça-feira a sessão de análise dos vetos presidenciais restantes. A decisão foi tomada ontem, após reunião de líderes. O motivo do adiamento foi o impasse com a Câmara a respeito da entrada de novos vetos na pauta.

— Não há acordo. A Câmara convocou sessões seguidas para o mesmo horário [da sessão do Congresso]. Isso é inédito, mas aconteceu. Vamos convocar a próxima sessão para concluirmos a apreciação desses vetos, que estão sendo cobrados. Vamos priorizar o todo, e não uma parte — disse Renan.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e deputados de oposição cobravam que os vetos da presidente Dilma Rousseff à reforma política fossem votados ontem pelo Congresso. Esses vetos, porém, não estavam na pauta. Num gesto que Renan classificou de “capricho”, Cunha manteve o Plenário da Câmara ocupado com sessões extraordinárias, impedindo a realização da sessão do Congresso.

Entre os vetos com apreciação pendente, estão aqueles que recaem sobre o reajuste dos servidores do Judiciário, o reajuste das aposentadorias e pensões do INSS e uma isenção tributária para professores.

Cunha também cobrava do Senado agilidade na tramitação da PEC 113/2015, que insere na Constituição o financiamento de campanhas eleitorais por empresas.

Senadores criticaram o presidente da Câmara. O líder do PT, Humberto Costa (PE), referiu-se à atitude de impe-



O presidente do Senado, Renan Calheiros, concede entrevista e anuncia que sessão do Congresso será realizada na terça

dir a sessão conjunta como “chantagem” e adiantou que o partido se opõe à aceleração da tramitação da PEC:

— Não há qualquer hipótese de o PT concordar com esse procedimento e aceitar que essa chantagem política venha a dobrar o Senado. O presidente Renan pode contar com o nosso apoio para não ceder a essa chantagem.

Para o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), Cunha “extrapolou”:

— Essa cobrança é descabida. O Senado não vai se curvar a esse tipo de procedimento reprovável. Não se constrói democracia dessa forma.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) advertiu que o confronto entre as Casas do Congresso não é construtivo:

— Se quiserem enfrentamento, por parte do Senado não terão.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) comparou a um “sequestro” a sucessiva convocação de sessões da Câmara.

Levy: o que está em jogo é valor equivalente a 2 CPMFs

Após reunir-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, defendeu ontem a manutenção de seis vetos que estavam na pauta da sessão do Congresso de ontem. Segundo ele, a derrubada dos vetos pode gerar um impacto negativo nas contas do governo “equivalente a duas CPMFs”.

Para tentar equilibrar as contas públicas, o governo encaminhou ao Congresso na semana passada uma proposta de recriação da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Com ela, o Executivo espera arrecadar R\$ 32 bilhões.

— O valor forma duas CPMFs. É muito dinheiro e a gente tem que evitar gastar neste momento para não ter mais impacto de impostos —

afirmou Levy.

O item mais polêmico é o veto ao reajuste salarial do Poder Judiciário (VET 26). A presidente Dilma Rousseff rejeitou integralmente a proposta de aumento de até 78,56% para os servidores.

Milhares de servidores ocuparam o gramado em frente ao Congresso ontem, usando carros de som e vuvuzelas para pressionar os parlamentares a derrubar o veto.

Outro veto de grande repercussão é o que diz respeito ao reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. Ao sancionar a Lei 13.152/2015, que prorroga até 2019 a atual política de valorização do salário mínimo, Dilma vetou a extensão da sua fórmula de correção às aposentadorias e pensões (VET 29).

Comissão debaterá MP que tributa bebidas

A comissão mista que analisa a medida provisória que eleva tributos para bebidas e produtos eletrônicos (MP 690/2015) vai promover duas audiências públicas nas próximas semanas. O presidente da comissão, deputado Celso Maldaner (PMDB-SC), quer ouvir o governo na próxima quarta-feira e os setores envolvidos na semana seguinte.

A MP 690 altera a forma de tributação das chamadas bebidas quentes — como cachaça, vinho, uísque e vodca, entre outras — e acaba com a isenção do PIS-Pasep e da Cofins dada a produtos eletrônicos como computadores, smartphones, roteadores e tablets.

O objetivo das medidas é elevar a arrecadação federal. O governo estima arrecadar R\$ 8,2 bilhões a mais em 2016, quando as principais alterações entrarão em vigor.

Maldaner está preocupado, por exemplo, com a situação das cooperativas de produtores de vinho e do setor de informática, que podem ser prejudicados pelo aumento da carga tributária.

— O vinho é muito forte no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. É uma matéria muito importante para nós — afirmou. — Tem outro setor em que o governo quer arrecadar muito, acabando com incentivo para equipamentos de informática, tablets. Quer dizer, os empresários investiram e agora acaba o incentivo. Vai cair o consumo.

Para o deputado, os integrantes da comissão precisam questionar o governo e argumentar que o aumento de tributos não é a saída, pois vai “desempregar gente e tirar incentivos da economia, que vive um momento tão difícil”.

Amorim critica falta de estratégia do governo contra crise econômica

A disparada do dólar e o aumento de impostos e do preço dos combustíveis vão impactar negativamente a vida de todos os brasileiros, disse ontem Eduardo Amorim (PSC-SE). Para o senador, é questão de tempo para que essas medidas acarretem aumento dos preços de produtos e serviços, o que vai alimentar a inflação, que pode fechar o ano em quase 10%, ressaltou.

Ele lembrou que o próprio presidente da Petrobras, Aldemir Bendini, disse em abril no Senado que não haveria mais aumento no preço dos combustíveis neste ano. Entretanto, o reajuste ocorrido nesta semana já é o segundo do ano, acrescentou.

— Hoje [ontem] o país acordou, mais uma vez, com a absoluta certeza de que as dificuldades, o arrocho e os desdobramentos dessa crise agigantam-se a cada dia. É assim que funciona esse governo, sem nenhum planejamento, sem nenhuma estratégia. Ou então, sabe de tudo isso e, com certeza, quer enganar o povo brasileiro — protestou.

Ataídes questiona números das pesquisas sobre desemprego

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) chamou de engodo a metodologia da pesquisa para medir o desemprego no Brasil, acrescentando que ela só serve para maquiagem os dados verdadeiros. Isso porque, disse o senador, a pesquisa se restringe a seis capitais, o que não demonstra a realidade do desemprego no país.

Ataídes explicou que há no Brasil, além dos 8,6 milhões de trabalhadores oficialmente desempregados, 9,3 milhões de pessoas recebendo o seguro-desemprego. Só que essas pessoas não são computadas na pesquisa do governo:

— Se pegarmos os trabalhadores que estão procurando emprego e que dentro de 30 dias não conseguirem achar emprego, eles saem das estatísticas de desempregados para desalentados. Hoje temos 9,3 milhões no seguro-desemprego. Ele é considerado empregado também nessa estatística. E os “nem-nem”, que nem estudam nem trabalham, são 10 milhões. Isso significa que hoje nós temos não 8,6 milhões de trabalhadores desempregados. Nós temos 29,5 milhões.

Para Dalírio, Executivo erra ao cortar recursos de Sesi e Senai

Dalírio Beber (PSDB-SC) condenou a decisão do governo de cortar dinheiro destinado ao Sistema S, grupo que engloba Sesi, Senai, Sesc e outras entidades ligadas à qualificação de trabalhadores.

Ele advertiu que a decisão do governo prejudica quem pode ajudar o país a voltar a crescer: as empresas e os trabalhadores.

Para o senador, os cortes terão resultados devastadores porque vão reduzir as oportunidades de ensino para os jovens e de qualificação dos trabalhadores, já que em todo o país serão fechadas 300 escolas profissionalizantes. Segundo ele, também serão fechadas 450 escolas do ensino básico e de educação de jovens e adultos, acarretando demissão de 30 mil.

— Não entendemos por que cortar recursos daquilo que está dando certo e que é um dos responsáveis pela competitividade do setor produtivo brasileiro.



Waldemir Barreto/Agência Senado